

**A MULHER INDÍGENA NA UNIVERSIDADE: UM ESTUDO DE CASO SOBRE AS
ESTUDANTES INDÍGENAS DA UFPR – SETOR LITORAL**

Valéria dos Santos de Oliveira⁵

Resumo: Este estudo teve por objetivo problematizar a questão de gênero no contexto indígena Guarani-Kaingang na Universidade, ao trazer relatos de mulheres indígenas que estudam na Universidade Federal do Paraná – UFPR Setor Litoral, destacando impactos e significações na vivência universitária destas mulheres. Para tanto, ocorreu uma aproximação teórica entre feminismos e estudos pós-coloniais, enfatizando o papel político que se pode notar no posicionamento de falas dessas mulheres. Foi problematizado também a questão da construção dos saberes no ocidente e a relação hierárquica deste frente as cosmologias indígenas, sem contudo pormenorizar os aspectos destas. A Metodologia utilizada foi a que combina a análise bibliográfica em livros, artigos, sites com dados de documentos acadêmicos de estudantes indígenas da UFPR, cotejando entrevistas realizadas com as 6 estudantes indígenas que cursam graduação na referida instituição. Reconheço que com esta opção, este trabalho poderá cumprir o papel de instigar a universidade, a comunidade indígena, enfim todas as pessoas a pensar sobre a presença, significância e importância da indígena nesse meio. Reitero que esta pesquisa se preste a subsidiar novos estudos, mais abrangentes e diversos e, por conseguinte, os resultados aqui obtidos sejam utilizados como contribuição para o aperfeiçoamento das pesquisas neste campo.

Palavras-chave: gênero, mulher indígena, universidade.

**INDIGENOUS WOMAN IN UNIVERSITY: A CASE STUDY ON THE STUDENTS OF
INDIGENOUS UFPR – SETOR LITORAL**

Abstract: This study aimed to look at the issue of gender in-Guarani indigenous context Kaingang the University, bringing reports of indigenous women students at the Federal University of Paraná - UFPR Setor Litoral, highlighting impacts and meanings in the academic life of these women. For both, there was a theoretical rapprochement between feminism and post-colonial studies, emphasizing the political role that can be noted in the positioning of these women speak. It has also questioned the issue of construction of knowledge in the West and the hierarchical relationship of the front indigenous cosmologies, without detailing these aspects. The methodology used was that combines literature review

⁵Secretária Executiva, Mestranda do Programa em Desenvolvimento Territorial Sustentável – UFPR - Setor Litoral, Técnica Administrativa da UFPR - Setor Litoral, sob orientação da antropóloga Prof^a. Dra. Ana Elisa de Castro Freitas – UFPR - Setor Litoral, Coordenadora do Laboratório de Interculturalidade e Diversidade/LAID/UFPR, Tutora do Grupo PET LITORAL INDÍGENA/MEC Membro do Comitê Gestor do Componente Indígena do Plano de Metas de Inclusão Racial e Social na UFPR - Resolução COUN 37/04 Membro da Comissão Universidade para os Índios/CUIA, Membro da Associação Brasileira de Antropologia/ABA e Membro da International Association for Intercultural Education/IAIE. Endereço profissional: Rua Jaguariaíva, 512 - Caiobá – Matinhos/PR CEP: 83260-000. E-mail: anaelisa.freitas.ufpr@gmail.com; valeriaso238@gmail.com

in books, articles, websites with data from academic papers indigenous students UFPR, comparing interviews with 6 indigenous students attending graduation at that institution. I recognize that with this option, this work may fulfill the role of instigating the university, the indigenous community, in short all the people thinking about the presence, significance and importance of this indigenous means. I reiterate that this research lends support to further, more comprehensive and diverse and therefore the results obtained here will be used as a contribution to improving research in this field.

Key words: gender, indigenous women, university.

INTRODUÇÃO

Este estudo realizado no ano de 2012 teve como objetivo, problematizar gênero e etnia das mulheres indígenas diante das políticas públicas na universidade, destacando impactos (na aldeia, na lógica de gênero, na cultura, na família, na universidade) e significações na vivência universitária, constituindo para uma possível “implementação” de uma *justiça de gênero indigenista* (conceito presente nos estudos de Eliane Potiguara⁶). Este tema é pouco debatido na Universidade, há poucas publicações sobre o assunto e estas apontam antes para o papel de formação da mulher na vida dos povos indígenas do que para o impacto da presença feminina indígena nas Universidades. Abortou-se também a questão da construção dos saberes no ocidente e a relação hierárquica deste frente as cosmologias indígenas, sem contudo pormenorizar os aspectos destas.

Para uma aproximação da problemática que orientou o presente trabalho optou-se por uma metodologia que combina a análise bibliográfica (em livros, artigos, sites) com dados acadêmicos de estudantes indígenas da UFPR, cotejando ainda com entrevistas realizadas com 6 mulheres que cursam graduação no Setor Litoral da UFPR.

Apresentou-se no decorrer do trabalho capítulos que sistematizam a problemática acima exposta, organizados da seguinte forma: a universidade no século XXI e seus desafios, a questão da subalternidade e o viés descolonialista, gênero e questão indígena: o impacto da mulher indígena na universidade, a organização da política para estudantes no estado do Paraná, a presença da mulher indígena na Universidade Federal do Paraná, as falas das estudantes indígenas e suas perspectivas e por fim as considerações finais.

Trata-se de um tema que pela sua importância e relevância esta abrindo espaços dentro de seminários e congressos que discutem sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino que devem garantir 50% das vagas reservadas

6

Eliane Potiguara é uma indígena remanescente dos Potiguaras. É professora e escritora, conselheira do Instituto Indígena de Propriedade Intelectual e coordenadora da Rede de Escritores Indígenas na Internet.

para estudantes oriundos de ensino fundamental e médio em escolas públicas, e que cada uma das IFES as vagas deverão ser preenchidas vagas por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do IBGE.

Portanto, a escolha do tema foi motivada, especialmente pelo fato do envolvimento profissional da ora pesquisadora, a área da educação e a participação nas questões indígenas e a possibilidade que esta especialização proporciona em trabalhar com a interdisciplinaridade, algo extremamente desafiante. Não só por isso, mas também pela possibilidade de que esta pesquisa se preste a subsidiar novos estudos, mais abrangentes e diversos e, por conseguinte, os resultados aqui obtidos sejam utilizados como contribuição para o aperfeiçoamento das pesquisas neste campo.

CONTEXTUALIZAÇÃO: UM BREVE APANHADO SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA POLÍTICA PARA ESTUDANTES INDÍGENAS COM FOCO NO ESTADO DO PARANÁ

A redação final do projeto de Lei da Câmara nº 180, de 2008 (nº 73, de 1999, na Casa de origem). Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Como é o foco trago aqui o art. 3º que o Congresso Nacional decreta: Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art 1º (As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação, reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos curso de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas) desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do IBGE.

No âmbito das políticas públicas de educação, nas universidades públicas do Paraná, foi instituída uma política específica de ingresso de estudantes indígenas. No Paraná, isso ocorreu a partir da promulgação da Lei nº 13.134, de 18 de abril de 2001.

A CUIA – Comissão Universidade para o Índio tem como atribuições pautadas na Resolução Conjunta nº 006/2007. Em sua atribuição: I – Proceder a discussão e, a avaliação e propor a adequação dos instrumentos legais do processo seletivo; II – Realizar integral e anualmente o processo seletivo específico e interinstitucional, elaborando e apresentando relatório conclusivo; III – Acompanhar pedagogicamente os estudantes indígenas nas universidades nos seus respectivos colegiados de cursos; IV – Avaliar sistematicamente processo geral de inclusão e permanência dos estudantes indígenas nas universidades; V –

Divers@! Revista Eletrônica Interdisciplinar/Matinhos/Vol.7, n.1, p. /Jan./jun./2014. 33

Elaborar e desenvolver projetos de ensino, pesquisa e extensão envolvendo os estudantes indígenas e suas respectivas comunidades; VI – sensibilizar e envolver a comunidade acadêmica acerca da questão indígena; VII – Buscar diálogo, integração e parcerias interinstitucionais.

O Vestibular Indígena possui alternância para sua realização, ou seja, cada ano é realizado numa universidade das que compõem o quadro: UFPR, UEL, UEM, UENP, UEPG, Unespar/campus Fafipar, Unicentro/campi Santa Cruz, Irati, Laranjeiras do Sul e Pitanga, Unioeste, Facea e FAP. No Paraná já foram realizados 11 vestibulares específicos que participam candidatos indígenas de várias etnias oriundos de outros Estados.

A UNIVERSIDADE DO SÉCULO XXI E SEUS DESAFIOS

A especulação financeira que se move em torno das universidades brasileiras é muito grande e é uma ameaça à educação como política pública. Em sua obra *A Universidade no Século XXI*, Santos relembra como a política financeira do governo Fernando Henrique Cardoso foi danosa para as universidades públicas, através do que denomina “secagem financeira” e ampliação de inúmeras instituições de ensino superior que segundo ele não são propriamente universidades, uma vez que são apenas instituições de ensino que não propõe a pesquisa e a extensão. Nos alerta para o fato de que o capitalismo mundial tem planos para a educação e que estes não têm em mente os cidadãos e cidadãs e sim os empresários do ramo da educação, algo muito parecido com o que já vem acontecendo com a Saúde.

A alta burguesia deve velar para que a universidade continue a ser um lugar de exclusão, no qual os estudantes são cortados de seu meio real, ou seja, de um meio que se proletariza. E, além disso, as universidades devem assegurar um número sempre crescente de rituais de inclusão no interior de um sistema de normas capitalistas. Tem-se então um reforçamento da velha universidade tradicional, com sua dupla função de teatralização e de iniciação. Porém, logo que os estudantes entram no sistema e compreendem que se está a fim de jogar com eles, alguém tenta insurgir-los contra suas origens e seu verdadeiro; disso resulta uma tomada de consciência política, e é a explosão revolucionária. (FOUCAULT, 2004, pág. 16).

Optou-se começar partindo dessa citação de Foucault, por acreditar que muita dessa realidade descrita por ele, ainda que a respeito do ocidente - mais especificamente a França - pode ser utilizada para pensarmos de forma geral a transmissão de saber hoje. Como estudante, faço parte de uma instituição federal que, em grande medida, representa o estado e sua política de expansão.

É nesse sentido também que Boaventura de Souza Santos aponta quando mostra que as instituições de ensino superior vem sendo sistematicamente sucateadas pelo Divers@! Revista Eletrônica Interdisciplinar/Matinhos/Vol.7, n.1, p. /Jan./jun./2014. 34

aparelho estatal, entregues a uma economia de mercado que as transforma em comércios do saber, na medida em que entram na lógica da produção tecnológica à serviço das corporações. Não apenas a universidade se vê prisioneira do mercado, mas também escrava da política financeira que a obriga a buscar financiamentos através de associações com grandes empresas.

A importância de salientar esse recorte se dá pelo fato de haver uma hegemonia que direciona sob o viés economicista a questão social, homogeneizando as diferenças e categorizando sob a bandeira da “classe trabalhadora” um pluralismo identitário que não cabe na forma imperialista da democracia ocidental.

No que tange a construção de saberes e a forma pela qual esses saberes conflituam entre si, especialmente se pensarmos que os povos indígenas também possuem formas próprias de suas culturas, de entender o mundo e de se relacionar com ele, faz-se imperativo o diálogo com esses saberes de forma que não continuemos um processo de colonização de suas subjetividades que se dá no nível epistemológico. É o que Santos chama de “ecologia dos saberes”. Em suas palavras:

A ecologia de saberes é, por assim dizer, uma forma de extensão ao contrário, de fora da universidade para dentro da universidade. Consiste na promoção de diálogos entre o saber científico ou humanístico, que a universidade produz, e saberes leigos, populares, tradicionais, urbanos, camponeses, provindos de culturas não ocidentais (indígenas, de origem africana, oriental etc.) que circulam na sociedade. De par com a euforia tecnológica, ocorre hoje uma situação de falta de confiança epistemológica na ciência que deriva da crescente visibilidade das consequências perversas de alguns progressos científicos e do facto de muitas das promessas sociais da ciência moderna não se terem cumprido. Começa a ser socialmente perceptível que a universidade, ao especializar-se no conhecimento científico e ao considerá-lo a única forma de conhecimento válido, contribuiu activamente para a desqualificação e mesmo destruição de muito conhecimento não científico e que, com isso, contribuiu para a marginalização dos grupos sociais que só tinham ao seu dispor essas formas de conhecimento. (SANTOS, 2005, pág 76)

No diz respeito à alteridade, em especial de meu posicionamento de fala como estudante e mulher negra, reivindico uma legitimidade que parte de minha vivência na Universidade. Nesse sentido, cabe pontuar que, ainda que eu traga conceitos e perspectivas advindas de discussões macropolíticas, meu olhar sobre a instituição pública buscará problematizar alguns dos paradigmas de saber hegemônicos acerca da questão social.

A QUESTÃO DA SUBALTERNIDADE E O VIÉS DESCOLONIALISTA

É a opção descolonial que acredito ser a mais ideal para tratar dos saberes indígenas e de sua posição político-epistemológica na disputa pela legitimidade acadêmica. Historicamente, tanto homens como mulheres indígenas foram representados por sujeitos Divers@! Revista Eletrônica Interdisciplinar/Matinhos/Vol.7, n.1, p. /Jan./jun./2014. 35

ocidentais e mesmo que muitas vezes os indígenas tenham se pronunciado em primeira pessoa, os saberes utilizados em grande medida partiram desses locus ocidentalizado. Sei bem da dificuldade que é tentar escapar desse processo colonizador da episteme ocidental, mas acredito também, que seja o momento de voltarmos mais nosso olhar para formas de interpretar o mundo que escapam da dominação do Ocidente. É o que também diz o estudante indígena Osias Ramos Arnaud Sampaio no artigo “A UNIVERSIDADE COMO ÁREA DE INFLUÊNCIA: O OLHAR DE UM GUARANI SOBRE SUA TRAJETÓRIA ACADÊMICA”. Nele, o estudante diz que o indígena universitário, deve, à semelhança da coleta na mata, “coligir conhecimentos e prosseguir na cultura por outros meios.” E de maneira ainda mais enfática, problematiza que:

A vida do índio mudou de forma perene após a colonização. De livre o índio passou a ser tutelado e mandado. Foi limitado a um espaço determinado não por sua cosmovisão, mas por uma política hegemônica que incorreu na contradição: a demarcação de terras já não seria naturalmente positiva, e, especificamente no Paraná, a diminuição da extensão dessas terras, em meados do século passado, foi uma política contrária ao crescimento demográfico. A presença de um órgão tutor e a ideologia da incapacidade fizeram o índio se resignar a ser inferior. (NOVAK, {et.al} organizadores, 2010, pág 122).

O cuidado antropológico que tive, mesmo como mulher negra, é não falar por um outro, ou melhor, uma outra, a qual não tenho acesso a não ser como ouvinte, mas propor um minucioso trabalho de escuta que poderá permitir, no máximo, uma identificação com essa alteridade que me fala, que me interpela e me faz enxergar uma realidade que a priori eu não teria acesso.

GÊNERO E QUESTÃO INDÍGENA: O IMPACTO DA MULHER NA UNIVERSIDADE

Acredito que o recorte de gênero nos permite um horizonte mais justo e que possibilita análises mais completas do que as que vem sendo feitas até o momento. Em relação a isto Eliane Potiguara nos diz que:

...o modelo de desenvolvimento social contempla muito mais aos homens do que às mulheres na sociedade. Trabalhar com estratégias para formação de gênero é desafiar as relações desiguais entre homens e mulheres. Na questão indígena não é diferente, tanto no campo de ação, na família ou não, como também no campo organizacional e institucional. A formação de gênero é uma das estratégias usadas para promover a justiça de gênero dentro das organizações de desenvolvimento. Tal formação baseia-se na convicção de que intervenções em formas de projetos ou programas de desenvolvimento podem resultar em transformações sociais para povos indígenas. Formação de gênero neste caso pretende atingir justiça de gênero incorporando uma perspectiva de gênero a todos os níveis de análise e planejamento do projeto ou programa de uma organização indígena, por exemplo.

Dessa forma, não vejo como possa ser diferente no que diz respeito à abordagem de gênero em relação à população indígena egressa na universidade. Segundo Potiguara, este Divers@! Revista Eletrônica Interdisciplinar/Matinhos/Vol.7, n.1, p. /Jan./jun./2014. 36

tema tem sido relegado como de menor importância (como tudo relacionado ao feminino) diante outras pautas que tem tido prioridade.

Com a autora Joan Scott, em *Gênero: uma categoria útil de análise*, essa categoria ganhou status de cientificidade e passou a ser utilizada de forma muito mais efetiva no meio acadêmico. Scott mostra nesse trabalho um pouco da história desse conceito. Segundo a autora: “mais recentemente - recentemente demais para que possa encontrar seu caminho nos dicionários ou na enciclopédia das ciências sociais - as feministas começaram a utilizar a palavra “gênero” mais seriamente, no sentido mais literal, como uma maneira de referir-se à organização social da relação entre os sexos” (SCOTT, 1995, pág 2).

No artigo de GRUBITS, HARRIS, PEDROSO (2005) intitulado “Mulheres indígenas: poder e tradição”, as(os) autoras(es) evidenciam que, tanto a pressão social quanto as próprias políticas do Estado agindo como ente normatizador, transforma consideravelmente as estruturas familiares dos indígenas, de forma nem sempre catastrófica e negativa, como querem as e os que insistem em uma naturalização dos papéis sociais indígenas e que acabam eternizando um passado que há muito deixou de existir.

O recurso a noção de interseccionalidade facilita esse difícil acesso à alteridade indígena, sobretudo no que diz respeito ao recorte de gênero. Para tanto utilizarei da própria agência que perpassa a fala tanto das estudantes indígenas quanto de mulheres indígenas que trazem na autoridade e legitimidade e suas lutas políticas, um posicionamento que dimensiona com a luta das mulheres ocidentais em especial dos feminismos.

Por fim, reforço que esse trabalho será uma tentativa de aproximação de um tópico-objeto extremamente complexo. Tanto por razões políticas quanto culturais, procura-se reconhecer os vários fatores identitários que ora conferem privilégio, ora nos inferiorizam quando a questão é uma disputa pelo saber, especialmente em sua forma ocidental e acadêmica. Reconheço que com esta opção, este estudo poderá cumprir o papel de instigar a universidade-acadêmia, a comunidade indígena, enfim todas as pessoas (que se interessam) a pensar sobre a presença, significância e importância da indígena nesse meio.

AS FALAS DAS ESTUDANTES INDÍGENAS E SUAS PERSPECTIVAS

As falas das estudantes indígenas tiveram como objetivo de dar espaço às falas das estudantes indígenas da UFPR – Setor litoral e suas perspectivas, pois essas mulheres colaboraram imensamente com este estudo. Portanto foram realizadas entrevistas com as 6 estudantes indígenas que cursam graduação neste setor.

As entrevistas foram realizadas em duas etapas, na qual no primeiro momento as
Divers@! Revista Eletrônica Interdisciplinar/Matinhos/Vol.7, n.1, p. /Jan./jun./2014. 37

estudantes respondiam por escrito aos questionamentos: 1) O que significa a formação-trajetória universitária na sua vida e na vida da sua comunidade? 2) Como você se sente sendo uma Mulher Indígena dentro da Universidade? 3) Quais os desafios que você encontrou nessa trajetória acadêmica? E em um segundo momento eram feitos os mesmos questionamentos, entretanto de forma oral para que elas pudessem responder oralmente e com a devida autorização suas falas foram gravadas.

Entrevistas carregadas de significado e que foram transcritas na íntegra no decorrer do estudo mas que infelizmente ficam impossível de transcrever-las neste artigo, mas ainda assim vou mencionar nas considerações finais meus sentimentos e impactos com essa possibilidade de interação com essas mulheres guerreiras.

Deixo aqui uma das falas de uma das estudantes indígenas, acadêmica do Curso de Serviço Social entrevistada para o estudo: “Eu como uma mulher indígena dentro da universidade me sinto orgulhosa por tamanha conquista, pois na minha etnia são poucas mulheres que frequentam o mundo universitário, dificilmente se vê mulheres guaranias estudando. Até mesmo porque elas gostam mesmo e de ficar em casa cuidando da família e da casa e os estudos são deixados de lado. Eu tenho a certeza que com a minha entrada na universidade muitas mulheres guaranias mudaram seu modo de pensar e agir, e com isso muitas estão também se esforçando para ter um bom estudo. Eu acho que servi de exemplo para algumas mulheres.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante as entrevistas e mesmo durante as leituras para esse trabalho não havia de fato compreendido a complexidade de um recorte de gênero, quanto mais no campo dos estudos indígenas. Foi apenas durante a transcrição de algumas das entrevistas gravadas, refletindo sobre o que as estudantes indígenas disseram é que comecei a notar o antagonismo intrínseco ao meu trabalho. Perguntas como: mas se estou partindo do princípio da descolonização, como lidar com uma afirmação que legitima justamente todo esse modelo de sociedade que também critico? Ou: Mas será que sou eu que estou partindo de um lugar romantizado sobre um ideal de índia ou índio, justamente o que estou criticando? Enfim, várias coisas que me colocavam em contradição e que levavam a um vazio epistemológico ou mesmo político me assolaram, de forma que, apenas buscando o pouco material que pude encontrar, que falava especificamente de gênero relacionado a questão indígena é que pude sentir que havia ainda um chão onde pisar. Encontrei esse material intitulado *O Papel Político na Organização Social Kaingang*, inclusive bem reduzido, na revista *Fazendo gênero*, da UFSC. Nele, a autora Cinthia Creatini Rocha, afirma:

...pode-se dizer que uma visão quase consensual na literatura antropológica sobre os Jê Setentrionais indica que as mulheres estão relegadas à esfera doméstica, enquanto os homens monopolizam a esfera pública que remete tanto a vida ritual quanto às atividades político jurais- Da Matta ilustra tal tendência (Lea,1994:89-90). Entre os Jê Meridionais (Kaingang e Xokleng) esta mesma tendência também tem sido utilizada com insistência sendo ao “privado” atribuída a presença feminina e ao “público” a masculina. Fernandes (2003) salienta que às mulheres cabem as atividades domésticas e o cuidado dos filhos, mesmo quando participam ativamente do trabalho agrícola e do comércio das peças artesanais produzidas, enquanto que aos homens Kaingang estariam destinados os papéis de liderança, de decisão e de assuntos políticos. (ROCHA, 2010, p.1)

Isso remete ao que BEAUVOIR (1980), em seu livro “O Segundo Sexo” aponta, que mulheres educadas por mulheres, no seio de um mundo feminino, seu destino normal é o casamento que ainda as subordina praticamente ao homem; o prestígio viril está longe de se ter apagado; assenta ainda em sólidas bases econômicas e sociais.

É nessa direção que aponto, qual seja, que uma vez que as próprias indígenas expressam o desejo e afirmam que a mudança é positiva, não cabe a mim ou outra pessoa que não faz parte desse contexto específico, sugerir o contrário. Esse gesto de “desobediência” à norma, que seria a de seguir a trajetória socialmente esperada é em si um ato político, uma resistência à maternidade compulsória e a uma existência relegada à esfera privada, como já colocado acima. Este trecho da entrevista também vai de encontro com esta outra afirmação de Rocha sobre o referencial (o modelo ortodoxo dos papéis de gênero) :

Tendo este referencial em mente e tentando contrapô-lo aos dados observados, certamente é consenso que uma suposta complementaridade entre os gêneros não dispensa assimetria - homens e mulheres Kaingang possuem atribuições distintas em suas redes cosmológicas, sociais e políticas. Porém, cada vez mais, percebe-se que a distinção entre dois domínios separados não abarca a complexidade da vida indígena - de mulheres e homens, independentemente, que assumem papéis importantes na constituição e formação de grupos extensos(...) Nesse sentido, os Kaingang também possibilitam interessantes reflexões tendo em vista a atuação “efetiva” de algumas mulheres na dimensão socio-política de organização, formação e manutenção dos grupos. (ROCHA, 2010)

No artigo de GRUBITS, HARRIS, PEDROSO (2005) intitulado “Mulheres indígenas: poder e tradição”, as(os) autoras(es) também chegaram a conclusões parecidas e ressaltam principalmente o fato de que, tanto a pressão social quanto as próprias políticas do Estado agindo como ente normatizador, transforma consideravelmente as estruturas familiares das e dos indígena, de forma nem sempre catastrófica e negativa, como querem as e os que insistem em uma naturalização dos papéis sociais indígenas e que acabam eternizando um passado que há muito deixou de existir. Segundo as e os autores desse estudo:

A partir dos casos e situações expostos sobre as diferentes realidades que encontramos dentro dos referidos grupos indígenas, podemos realizar algumas reflexões, relacionando as situações à discussão de gênero. De

forma geral, pode-se dizer que está ocorrendo um processo amplo de mudança interna nas comunidades indígenas, resguardando porém tradições e características sociais e culturais relacionadas com as estruturas familiares e sociais de cada grupo estudado e de sua identidade. Podemos afirmar que, embora estas comunidades representem etnias que diferem muito entre si, em todos os aspectos, embora vivenciem isso de forma diferenciada, há um processo de mudança imposto pelo que vem de fora destas comunidades e diz respeito à sociedade nacional envolvente e à política nacional voltada aos povos indígenas realizadas pelo Estado. (GRUBITS, HARRIS PEDROSO, 2005, pág.7)

Por fim, reforço que esse trabalho foi apenas uma tentativa de aproximação de um tópico-objeto extremamente complexo como foi possível perceber. Tanto por razões políticas quanto culturais, procurei reconhecer os vários fatores identitários que ora conferem privilégio, ora nos inferiorizam quando a questão é uma disputa pelo saber, especialmente em sua forma ocidental e acadêmica.

Reconheço que o projeto político-pedagógico da UFPR Setor Litoral e espaços como o LAID propiciam que as políticas públicas indígenas possam ser pensadas, fomentadas e vivenciadas com o cuidado a alteridade indígena e possam ser seguidos como exemplo.

O recurso a noção de interseccionalidade facilita esse difícil acesso à alteridade indígena, sobretudo no que diz respeito ao recorte de gênero. Para tanto utilizei da própria agência que perpassa a fala tanto das estudantes indígenas quanto de mulheres indígenas que trazem na autoridade e legitimidade e suas lutas políticas, um posicionamento que, como pudemos notar dimensiona com a luta das mulheres ocidentais em especial dos feminismos.

Reconheço que com esta opção, este trabalho poderá cumprir o papel de instigar a universidade-acadêmia, a comunidade indígena, enfim todas as pessoas (que se interessam) a pensar sobre a presença, significância e importância da indígena nesse meio. Reitero que esta pesquisa se preste a subsidiar novos estudos, mais abrangentes e diversos e, por conseguinte, os resultados aqui obtidos sejam utilizados como contribuição para o aperfeiçoamento das pesquisas neste campo. Trata-se de um assunto complexo e que instiga a discussões e aprofundamento do tema, sendo assim este estudo possibilita novos questionamentos e linhas de pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo - a experiência vivida**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BUTLER, Judith. **Bodies that Matter: On the discursive limits of sex**. Nova York/Londres: Routledge, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos. Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FREITAS, Ana Elisa de Castro e HARDER, Eduardo. “Sobreviver na diferença”: o olhar dos “estudantes indígenas” e suas contribuições ao II Encontro de Educação Superior Indígena no Paraná. In: NOVAK, Maria Simone Jacomini [et.al]. **Educação Superior Indígena no Paraná**. Maringá: EDUEM, 2010.

FUNAI. **Portaria N. 63/PRES/2006**. Aprova as orientações para a seleção dos Estudantes Indígenas no Ensino Superior ao recebimento de apoio financeiro a FUNAI via Unidades Regionais.

_____. **Portaria N. 84/PRES/2009**. Redefine as orientações para a seleção dos Estudantes Indígenas no Ensino Superior ao recebimento de apoio financeiro a FUNAI via Unidades Regionais.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Campinas, SP: PAPIRUS, 1990.

GRUBITS, Sonia; HARRIS, Ivan; PEDROSO, Maíra. **Psicologia em Estudos: “Mulheres indígenas: poder e tradição”**. Maringá, v. 10, nº 3, p. 363-372, set/dez 2005.

NOVAK, Maria Simone Jacomini [et.al] organizadores. **Educação superior indígena no Paraná**. Maringá: Eduem, 2010.

PARANÁ. **Lei nº 14453 de 07/07/2004**: Dispõe sobre a política estadual de apoio às comunidades indígenas do Estado do Paraná, conforme especifica e adota outras providências, Curitiba, 2004a.

_____. Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. **Resolução Conjunta N.º 035/2001**. Regulamenta a Lei nº 13.134/2001. Curitiba, 2001.

_____. Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. **Resolução Conjunta nº 001/2004**: Institui a Comissão Universidade para os Índios-CUIA. Curitiba, 2004b

_____. Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. **Resolução Conjunta nº 006/2007**: Revoga a Resolução Conjunta nº 002/2004, inclui a UENP e dá

outras providências. Curitiba, 2007.

ROCHA, Cinthia Creati da. **Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos – O Papel política Feminino na Organização Social Kaingang**. UFSC, 23 a 26 de agosto de 2010.

SAMPAIO, Osias ramos Arnaud. A universidade como área de influência: o Olhar de um guarani sobre sua trajetória acadêmica. In: NOVAK, Maria Simone Jacomini [et.al]. **Educação Superior Indígena no Paraná**. Maringá: EDUEM, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2005.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Revista Educação & Realidade. Porto Alegre, 1995.

MANUAL DO CANDIDATO. **XII Vestibular dos Povos Indígenas no Paraná**. Realização: UFPR, UNICENTRO, UEPG, UEM, UNESPAR, UNIOESTE, UEL, SETI.

POTIGUARA, Eliane. **Desenvolvimento Indígena sob perspectiva de gênero**. Disponível em: [governo brasileiro](#). Acesso em: 20/10/12.

Laboratório de Interculturalidade e Diversidade. Disponível em: Acesso em: 06/09/12

Laboratório de Interculturalidade e Diversidade. Disponível em: Acesso em:08/09/12

Projeto Político Pedagógico (PPP) da UFPR Litoral. Disponível em: Acesso em:06/09/12

Secretaria de Estado da Ciência Tecnologia e Ensino Superior. Disponível em: Acesso em:08/09/12

Senado/Governo. Disponível em:.. Acesso em: 15/10/12.ⁱ